

Opinião

A crise política regional

**João Ribeiro**

Economista e membro convidado do secretariado nacional do JPP

A política regional madeirense esteve ao rubro nestes últimos sete meses.

A demissão do governo regional na sequência de uma megaoperação judicial, motivou uma crise política sem precedentes. Essa demissão efetivada sem que tivesse sido discutido e aprovado o orçamento regional na assembleia legislativa, naquilo que foi um artifício orquestrado entre o PSD Madeira e o CDS Madeira, fez com que o governo ficasse em gestão, e a executar o orçamento em duodécimos. Na sequência das buscas judiciais à presidência do governo regional e a várias secretarias e das detenções que foram efetuadas, quase toda a oposição queria “sangue”.

O JPP acabou por ser o único adulto na sala, reiterando que o orçamento regional deveria ser discutido e aprovado,

antes de se tirarem quaisquer consequências políticas daquela que foi chamada Operação Zarco.

Miguel Albuquerque que nunca levantou a sua imunidade inerente ao

Conselho de Estado, candidatou-se novamente à liderança do PSD Madeira e ganhou novamente, vencendo também as eleições regionais, mas sem maioria absoluta. Apesar do entendimento com o CDS Madeira, viu-se obrigado a negociar com o Chega, que sempre disse que “com Albuquerque não!” porque é arguido.

O Chega lá acabou por espezinhar a sua própria bandeira de combate a corrupção, aprovando o programa de governo e viabilizando o orçamento regional, acabando assim por se tornar no andarilho de um governo e de um presidente que está a ser investigado por corrupção. Como diria Fernando Pessoa “E esta hein?”

Já o JPP quase que duplicou o seu número de deputados nestas últimas eleições regionais, e teve uma postura ativa na procura de uma solução alternativa de governo que pusesse fim a quase 50 anos de governação do PSD Madeira. Pena é que à exceção do PS Madeira todos os outros partidos da oposição que se dizem contra a governação laranja tivessem preferido a manutenção do “status quo” em vez da mudança. Mas a vida continua...

Coerência, essa, da parte do JPP ao menos houve-a sempre.

Agora caberá ao JPP continuar a liderar a oposição na Madeira, como tem feito, tendo agora uma capacidade reforçada.

Opinião

Pacote fiscal: quo vadis?

**Mara Franco**

Advogada e sócia da Cerejeira Namora, Marinho Falcão

Recentemente, o Governo Português anunciou várias medidas fiscais com o objetivo de revitalizar a economia. Entre elas, destacam-se a redução da taxa de imposto sobre as sociedades e a reintrodução do regime de Residentes Não Habituais (NHR). No entanto, embora estas medidas pareçam promissoras no papel, levantam preocupações significativas quanto à sua implementação e impacto.

O plano do governo para reduzir a taxa de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) em 2% ao ano, visando uma taxa de 15% até 2027, parece inicialmente louvável. A redução da taxa de IRC é um passo positivo para aliviar a carga fiscal. No entanto, a abordagem faseada dilui os potenciais benefícios económicos e sujeita estas mudanças às flutuações políticas, que não se adivinham favoráveis.

Uma redução mais imediata para uma taxa de IRC de 15% poderia transformar Portugal num destino de negócios altamente atraente dentro da União Europeia.

Especificamente, a Madeira poderia aproveitar esta redução para aplicar uma taxa de IRC de 10,5%, tornando-se uma opção atraente para empresas que

procuram um ambiente fiscal competitivo. Esta medida estratégica, combinada com o novo regime de participation exemption, proposto pelo Governo, reduziria a dependência da Madeira do Centro Internacional de Negócios da Madeira (vulgo Zona Franca), promovendo um panorama económico mais robusto e diversificado para esta Região Autónoma e ultraperiférica.

No que diz respeito à reintrodução do regime de Residentes Não Habituais (RNH), que oferece uma taxa de imposto sobre o rendimento pessoal de 20% para rendimentos de fonte portuguesa associados a atividades de elevado valor acrescentado, poderia potencialmente atrair profissionais qualificados para Portugal. No entanto, a sua limitação apenas aos rendimentos de fonte portuguesa compromete a sua eficácia, pois ao excluir os rendimentos de fonte estrangeira, o regime perde a sua vantagem competitiva num mercado global onde os indivíduos altamente qualifi-

cados são altamente móveis e procuram jurisdições com vantagens fiscais abrangentes. Note-se que Cabo Verde tem em vigor no antigo RNH português!!

A redução faseada da taxa de IRC e o regime restritivo de RNH estão, à partida, comprometidos pela crescente instabilidade política em Portugal. O clima político atual ameaça transformar estas propostas ambiciosas em meros castelos no ar, com potenciais reversões e alterações por administrações futuras. Para piorar a situação, a falta de apoio por parte da Oposição para com estas medidas fiscais cruciais é decepcionante. Em vez de reconhecerem o potencial de transformação económica e apoiarem as reformas necessárias, parecem mais interessados em obstruir o progresso por motivos políticos.

Esta falta de visão e cooperação é prejudicial para o país e impede a implementação de mudanças significativas que poderiam beneficiar todos os portugueses.

As recentes medidas fiscais de Portugal refletem um passo na direção certa, mas falham devido à sua implementação faseada e condições restritivas. Uma redução imediata da taxa de IRC para 15% e um regime RNH mais inclusivo aumentariam significativamente a atratividade de Portugal para empresas e profissionais altamente qualificados. No entanto, sem abordar a instabilidade política subjacente e garantir o apoio necessário da Oposição, estas medidas correm o risco de permanecer promessas não cumpridas.

As recentes medidas fiscais de Portugal refletem um passo na direção certa, mas falham devido à sua implementação faseada e condições restritivas